

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Naeli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Naeli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Eley Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Naeli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Osvaldo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Naeli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Teresinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lúcio Guimarães Sotelo-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 226.ª (Extraordinária) Realizada em 14 de Novembro de 1973 - (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e David Federmann.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: — João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — In's Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Luiz Roberto Soares — Rosário Pitelli e Sebastião Rodrigues Júnior (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 240-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 255-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Comercial em Tamboara, para funcionar no próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — Encerrada a discussão. Em votação **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 238-73.
Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 691-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.990-73, de 13 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de PAULINA SCHERNER SIMÕES, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 7 de janeiro de 1968 e 7 de novembro de 1972 antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1971 contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 692-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.339-73, de 21 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 693-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.229-73, de 19 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LAERTES LUIZ FOGGIATO, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 694-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.442-73, de 26 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de GENI CARNEIRO, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 695-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.424-73, de 26 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ JOAQUIM ocupante do cargo de Secretário de Comissão, isolado, de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 696-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.325-73, de 20 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUCY DE MELLO KEINERT, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 697-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.796-73, de 10 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LUIZA ZACK VIANTE, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 7 de setembro de 1967 e 7 de julho de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1967, 1968, 1969 e 1970, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 698-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.584-73, de 28 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário HENRIQUE DA CUNHA MELLO, ora a disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 18 de setembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 699-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.007-73, de 14 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

1 — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de HUGO GABARDÓ, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 1.º de janeiro de 1970 e 1.º de janeiro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e da contagem em dobro a que se referem os Decretos Legislativos n.ºs. 559-71, de 13 de dezembro de 1971 e 589-73, de 29 de agosto de 1973;

II — conceder o adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 1.º de janeiro de

1973, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais; e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do mesmo dispositivo legal, a partir de 1.º de julho de 1973, data em que, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 700-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.945-73, de 30 de maio de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, com base no disposto pelo Art. 138, inciso I, combinado com o Art. 224, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, aposentadoria a JUVENAL ZARUTZKI ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, fixando seus proventos de inatividade em Cr\$ 13.141,20 (treze mil, cento e quarenta e um cruzeiros e vinte centavos), anuais e integrais, inclusive acréscimo trienal de cinco por cento (5%) e acréscimo quinquenal de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 139, da já citada Lei n.º 6.174.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 734-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.543-73, de 23 de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

designar PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar Comissão Parlamentar de Inquérito, de acordo com o Parágrafo I, do Art. 63, da Lei n.º 6.176, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de novembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 735-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que, nesta data, o Paraná acaba de perder uma das expressões mais altas da sua vida cultural e política, o Prof. BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, ex-Constituinte Federal de 1946, ex-Governador do Estado, ex-Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio Professor Universitário, estudioso profundo da problemática sociológica brasileira e latino-americana, com várias obras publicadas sobre a matéria, além de conferencista erudito e orador consagrado;

CONSIDERANDO que o ilustre extinto, no exercício dos cargos públicos e da cátedra universitária, assim como em toda a atividade intelectual que desenvolveu, foi um paradigma de honradez e austeridade, havendo contribuído, com o seu trabalho e o amor à terra natal, para o engrandecimento do Paraná, que foi sempre o centro de suas maiores preocupações, inserido dentro do contexto da realidade brasileira;

CONSIDERANDO, finalmente, que, a par de todas as qualidades de intelectual e política, já enumeradas, foi ele um homem sensível aos anseios e problemas da coletividade, o que o fez verdadeiramente estimado e respeitado pelos seus concidadãos de todas as classes, desde as mais elevadas às mais humildes, os quais, hoje, prateiam a irreparável perda que o Paraná e o próprio País vem de sofrer,

R E S O L V E :

Artigo único — Fica decretado, no Poder Legislativo Estadual, luto oficial por três (03) dias, em virtude do falecimento do Professor BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, ocorrido nesta data.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de novembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 227.ª Sessão Ordinária Realizada em 14 de Novembro de 1973 - (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Roche — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilise Crisóstomo — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Álvaro Dias — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Rosário Pitelli e Sebastião Rodrigues Júnior (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 75-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 250-73.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento ocorrido hoje, do Senhor Adolfo Dainek.

Outrossim, aprovado o presente, de-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, regimentalmente, após ouvido o Plenário, requer a aprovação de um voto de congratulações pela passagem, nesta data, do 22.º aniversário de Emancipação Política e Administrativa do próspero e pujante Município de Cascavel.

Outrossim, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores daquela cidade.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1973.

(a) — Iris Caldart

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer, que os trabalhos da Sessão do dia 16 do corrente, seja exclusivamente, destinado às Comissões, face o grande acúmulo de processos em tramitação nas mesmas.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973.

(a) Ovidio Franzoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, vem por intermédio do presente, solicitar após ouvido o Plenário, o registro de um voto de agradecimento ao Doutor Hélio Ribeiro, Diretor da Fundação Brasileira de Educação — FUBRAE, órgão pertencente ao MEC, e também à professora Mirtes de Luca Wenzel, Diretora do Centro Educacional de Niterói.

Motiva a presente solicitação, o apoio e estímulo concedido pelas referidas autoridades, na consecução da III Jornada de Educação, levada a efeito de 1.º a 4 de novembro do corrente, em Rolândia, pelo Centro de Pesquisas Educacionais Escola Roland em colaboração com o Núcleo Local de Orientação e Avaliação.

A colaboração proporcionada pelo envio para participar nesta Jornada Educacional proferindo conferências e orientando mesas redondas dos professores Nicia Pereira Munis, Sandra dos Santos Solon Ribeiro, Ronaldo Legey e José Nolasco Albano, vindos do Centro Educacional de Niterói e da Fundação Brasileira de Educação — FUBRAE, determinou amplas possibilidades de sucesso da mesma.

Pode ser muito bem avaliado o que representou esta jornada para o ensino de nosso Estado, especialmente para aqueles mestres conscientizados da evolução e das transformações impostas pela Lei 5692-71, pelo temário dos trabalhos da referida jornada.

Dos 206 professores participantes, apenas 104 conseguiram receber seus certificados, evidenciando deficiências nos participantes e de que jornadas semelhantes, sejam constantes em nosso Estado para o aprimoramento do magistério.

Pede-se o envio de expediente dando conhecimento do presente voto aos Senhores Hélio Ribeiro e Mirtes de Luca Wenzel.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1973.

(a) Xenofonte Villanueva

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 273-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade pública a Sociedade "Escola Roland" da cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1973.

(a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

A Escola Roland, criada pela comunidade rolandense, é uma entidade sem fins lucrativos, cujo único objetivo é a educação. Possui em seu currículo as atividades de práticas agrícolas como formação especial. Funciona em período integral de sete horas diárias, proporcionando recuperação no transcurso de todo o ano.

Pelos trabalhos relevantes oferecidos à comunidade, mereceu, através de Decreto da Câmara Municipal de Rolândia, o seu reconhecimento como entidade de utilidade pública. É a única escola da região, que introduziu já no ano de 1972, o novo sistema de ensino nos moldes da Lei 5692-71.

Procurando utilizar a reconhecida capacidade dos mestres que nela exercem suas atividades, criou o Centro de Pesquisas Educacionais Escola Roland, que no presente ano já promoveu seminários e cursos de atualização, destacando-se a Terceira Jornada de Educação levada a efeito de 1 a 4 do corrente mês, com a participação de 206 professores, vindos das mais diversas regiões do Paraná, inclusive do Estado de São Paulo.

Para sua manutenção, tem recebido auxílios da República Federal da Alemanha, que encontra análise dos relatórios sobre ele elaborados, a imagem de uma escola modelo, integrada dentro dos melhores princípios educacionais do Governo de nossa Pátria.

A descrição de todos os trabalhos por ela executados que a fazem merecedora do título a lhe ser concedido pelo presente Projeto de Lei, poderá ser comprovado pela documentação anexa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.
Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domicio Scaramela.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Temos a grande satisfação de apresentar, nesta tarde, um Requerimento com o seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de aplauso pelas declarações do ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek, publicado no Jornal “O Estado do Paraná”, cuja nota segue em anexo, cumprimentando o Deputado Federal e Presidente Nacional do M.D.B. Ulysses Guimarães pelo lançamento de sua candidatura à Presidência da República.

Esta atitude do ex-Presidente da República em muito nos envaldece, representando a oposição que somos e que procuramos, consoante os ideários emedebistas, a volta da democracia plena.

As próprias palavras do Senhor Juscelino Kubitschek endereçadas ao Deputado Ulysses Guimarães em sua carta de congratulações, bem a si pode servir: “uma atitude máscula que a história saberá registrar... quando resolvermos praticá-la, ainda que a custa de sacrifícios como este que você tão destemidamente faz”.

Que seja transcrito nos Anais desta Casa o inteiro teor desta missiva, bem como seja expedida comunicação ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek, do texto deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos o prazer de proceder a leitura da nota: “Cumprimentos de Juscelino: O ex-Presidente Juscelino Kubitschek encaminhou ao Presidente do MDB, Deputado Ulysses Guimarães, uma carta cumprimentando-o pelo lançamento de sua candidatura à Presidência da República pelo Part’do da Oposição. Na carta, o Sr. Juscelino Kubitschek parabeniza o candidato opositorista por sua “atitude máscula que a história saberá registrar” e afirma que a democracia só renascerá “quando resolvermos praticá-la ainda que à custa de sacrifícios como este que você faz tão destemidamente”.

É o seguinte, na íntegra, o texto da carta enviada pelo ex-Presidente ao Deputado Ulysses Guimarães:

“Meu caro Ulysses Guimarães.

Só a ausência do Rio, ocupado com os negócios do nosso grupo, é que determina o atraso na remessa desta carta que vai calorosamente abraçá-lo pela estupenda atitude de se candidatar à Presidência da República. É uma atitude que a história saberá registrar, avaliando-lhe todo o alcance cívico e político. Uma atitude máscula e mais: uma esperança porque a democracia que levamos tanto tempo a implantar só renascerá como fênix de suas cinzas, quando resolvermos praticá-la ainda que à custa de sacrifício como este que você tão destemidamente faz. Na sua candidatura está a afirmação nacional pela democracia. Creio que, neste momento, a Nação tem os olhos postos em você, e de sua candidatura nasce naturalmente a primeira afirmação de nossa consciência tão nitidamente democrática.

Receba, meu caro Ulysses, o meu abraço fraternal e civicamente entusiasmado.”

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Arizone Araujo.

O SR. ARIZONE ARAUJO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna, na tarde de hoje, para externar o nosso rigoizijo, o nosso contentamento e da população sudoestina do Estado do Paraná, porque recebemos o ofício n.º 1414, do Sr. Secretário dos Transportes comunicando-nos que, na data de hoje, às 1700 horas, será assinado, no Palácio Iguaçu, a contratação do asfaltamento do trecho Francisco Beltrão-Pato Branco.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como disse, o momento é de rara felicidade para aquela Região do Estado, porquanto é a maior aspiração daquela laboriosa gente. Porisso, deixamos aqui consignado o nosso agradecimento ao Governo do Estado, através da Secretaria de Transportes e do DER, por essa iniciativa em nossa Região.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à Tribuna hoje, preocupados com o problema do homem que vive bitolado pelo salário mínimo, pelos parcos proventos e que, no entanto, encontra tentação muito grande nas lojas que propiciam as facilidades enormes, para que ele compre a prestação. Então, esse homem esquece a previsão das vicissitudes que lhe possam acontecer no lar, e desejo de comprar, ele passa a adquirir mais do que o seu poder aquisitivo lhe permite.

Já o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Nestor Jost, está preocupado com o assunto, pensando em fazer com que as lojas que assim vendem, reduzam as prestações, o número de prestações, porque os juros extorsivos que são jogados em cima dessas vendas, são proibitivos. Chegam eles a burlar a lei da usura e, no entanto, como dissemos é uma tentação muito grande que sofre operários, sabendo que ele poderá dispor de alguns cruzeiros para comprar isso e outros cruzeiros para comprar aquilo. E com isso, como dissemos, ele estoura o orçamento. Se amanhã, qualquer coisa acontecer no seu lar, e ele tenha que gastar com remédios ou em qualquer vicissitude, ele não tem de onde tirar, porque está com seu orçamento todo comprometido. Se ele é proprietário de um lote, que com muito suor ele conseguiu adquirir, se ele amalehou essa economia, então sua situação é mais difícil ainda, porque há o protesto em cartório. E mesmo que ele não tenha nada a perder, perde uma coisa importante, que é o crédito e ver seu nome inscrito, para que não mais possa comprar. Então ele é um homem desesperado. E é isso que se quer evitar. Essa tentação que se faz com as vitrinas luxuosas, num oferecimento fácil ao cliente.

Que medidas sejam postas em prática é o que desejamos, como já se pronunciou também um Deputado Federal na Câmara, um Deputado paranaense, Sr. João Vargas de Oliveira, preocupado também com o problema. A elevação de até 100% nos financiamentos que agora se propicia até em 50 prestações, em 50 meses, fazem com que as mercadorias sejam vendidas a preços escorchantes.

Que contra isso medidas sejam tomadas de imediato, é o que estamos solicitando desta Tribuna neste momento, para não se ter o desprazer de ver famílias de recursos parcos, completamente afogadas por esse ilusório poder aquisitivo.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitamos nossa inscrição com a finalidade de proceder a leitura de um artigo de autoria do jornalista Ali Bark que está publicado na edição de hoje da “Gazeta do Povo”, intitulado “Bento Munhoz da Rocha Netto, o Amigo e o Mestre”.

Era nossa intenção prestar ontem, nesta Tribuna a nossa homenagem a esse grande paranaense, Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, no entanto em virtude dos inúmeros oradores que vieram à Tribuna tivemos que deixar para hoje esta nossa homenagem e também a manifestação de pesar que todo o Norte do Paraná, que aqui representamos, sente por essa irreparável perda do Professor Bento Munhoz da Rocha Netto.

O artigo diz o seguinte: “Por mais que sejamos fatalistas e aceitemos a lei do Destino, como um mandato divino, a perda de um ente querido, seja parente ou amigo, sempre nos comove ou abate, que assim é a natureza humana, sempre desvalida diante das forças misteriosas que mantêm a vida de uma alheia ou de um homem e a história de uma colmeia ou de uma nação.

A perda do Professor Bento Munhoz da Rocha Netto não é apenas a perda de um ser que amamos, que viveu sua vida e se foi, porque este que perdemos era uma verdadeira instituição, o espírito de uma época, o ideal de uma geração, o líder que expressou e realizou muitos dos sonhos daqueles moços de outrora que desejavam um Paraná próspero e feliz.

O Paraná é muito jovem mas tem muita história e quando se escrever a verdadeira história do Paraná, os pósteros reconhecerão em Bento Munhoz da Rocha um dos vultos basilares, um dos principais nomes desta história. Se neste vulto histórico louvamos o dinamismo, naquele a visão política e administrativa, naquele outro e a cultura, ou a probidade, o louvor a Bento inclui tudo isto e ainda lhe sobeja, com aquela generosidade principesca dos nobres da alma, a amizade sincera para com todos, a amizade dos grandes, aquela que não visa proveitos mas se dá com lealdade, como convém àqueles que tendo conhecido as glórias do mundo, não se deixaram cegar e atordoar pelas alturas, antes, pelo contrário provam que são grandes, irmanando-se aos pequenos e trilhando o caminho da modestia. Assim fazem os sábios. Assim são os verdadeiros amigos. Por isto dizemos que o Paraná perdeu seu melhor amigo, não apenas seu filho mais amado, que viveu para servir o Paraná e serviu-o com amor, com a verdadeira dedicação. E esta dedicação foi tantas vezes demonstrada que não cabe enumerar em tão breves e pálidas palavras, o muito que fez, Bento engrandeceu o Paraná física e espiritualmente. Fisicamente por engrandecer-lhe as fronteiras e espiritualmente por ter sido o renovador da nossa cultura, quando Governador e quando parlamentar. Entre as obras que se veem com olhos por serem materiais muitos e muitos exaltarão esta ou aquela, mas existe uma que não se vê e que talvez a nova geração desconheça, pois, tão perfeita a realizou que ninguém sentiu eis que, para ser válida, deveria ser imperceptível. E esta glória lhe devemos: a da integração do Paraná. O Paraná cresceu muito depressa. Cresceu muito. Cresceu em torno de centros fragmentários e de grande dinamismo, num progresso tumultuário que ameaçava dissipar a unidade. Foi Bento Munhoz da Rocha Netto quem conseguiu a integração do Norte ao Sul, integrante na mesma família o Sudoeste e o Noroeste. Só esta obra, de valor subjetivo, mas de alcance material e histórico sem preço e sem medida, é suficiente para glorificar no bronze e no granito o nome do seu autor — porque nesta obra se revelou o estadista e o sociólogo emérito que ele foi”.

Este o artigo do jornal “Gazeta do Povo”, que procedemos a leitura, numa nova homenagem que aqui estamos prestando ao grande paranaense Bento Munhoz da Rocha Netto.

Ainda hoje no “Diário Popular” tivemos a oportunidade de publicar uma nota, manifestando a nossa tristeza por essa perda que o Paraná sentirá por esse homem cujo nome ficará gravado na história do Paraná, pelo seu grande Governo, por sua grande cultura e seu espírito de humanidade.

Nossa homenagem e nossos sentimentos à família de Bento Munhoz da Rocha Netto, esse que foi um dos vultos de maior destaque em toda a vida política do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem a cidade de Paranaguá recebeu a visita do Presidente da República, de Sr. Governador e outras autoridades federais e estaduais. Foram àquela cidade inaugurar o corredor de exportação e, na realidade, deram a Paranaguá condições que já foram dadas a outros Portos e super-Portos como Rio Grande e Santos. Nada mais justo, portanto, que um tratamento idêntico ao nosso pulmão de pedra do Estado.

Realmente uma obra ciclópica essa inaugurada ontem pelo Presidente Emílio Médici, que é a duplicação da capacidade de exportação do Porto de Paranaguá. Outrora um navio de 60 mil toneladas para que pudesse receber sua carga no Porto, eram necessários cinco seis ou mais dias. Hoje, com a duplicação da capacidade de exportação, um navio desse gabarito pode, em 24 horas, receber sua carga e zarpar, dando condições a que outros ali aportem, não ocasionando o que era habitual, ou seja, o congestionamento do Porto.

Mas é necessário que além da inauguração ontem feita, além da dragagem dos canais de acesso que está sendo realizada pelo DNPVN, que além disto se cumpra o que foi prometido ontem pelo Ministro Mário Andreazza e que teve a oportunidade de comentar através de um telex que recebemos do Sr. Eliseu Rezende, do DNER, para que a estrada Campo Largo — Curitiba e Curitiba-Paranaguá seja duplicada. Essa nova rodovia dará condições para que a demanda de cereais do Sul do Paraná seja feita através do SPREA, Campo Largo-Curitiba-Paranaguá.

Além da duplicação dessa estrada anunciada ontem, tivemos a oportunidade, há dez dias atrás, de ler um telex enviado pelo Eliseu Rezende, de que outras serão complementadas.

Se não pudermos alimentar o Porto com vias de acesso estrada de ferro e rodovias, de nada adiantará ter conseguido a duplicação da capacidade de exportação.

É imperativo que o Governo Federal se conscientize da necessidade de melhorar as vias de acesso.

Estamos certos de que não irá dormir em berço esplêndido, não irá ficar nas promessas e nós pedimos da Tribuna que essas promessas sejam cumpridas a curto prazo, sob pena de não ser válida aquela tentativa do Presidente Médici feitas em Paranaguá ao inaugurar aquelas obras do "corredor de exportação".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 233-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 87-73, encaminhando anteprojeto de Lei, solicitando a autorização para contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal C.E.P. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 244-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 86-73, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a inclusão em futuros orçamentos, dos recursos orçamentários que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154-73, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), à Diocese de Cornélio Procópio. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 154-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA: — Autoriza abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00, à Diocese de Cornélio Procópio.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para instalação da Diocese de Cornélio Procópio.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado, vigente.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, ... de agosto de 1973.

(a) Emílio Carazzai

JUSTIFICATIVA:

Foi criada recentemente a Diocese de Cornélio Procópio e no entanto, a mesma carece de recursos para sua instalação. Esta iniciativa não é original, tendo inclusive sido baseada em Lei anterior, motivo pelo qual deverá merecer acolhimento dos nobres pares, mormente por se tratar de autorização do Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 154-73

AUTOR: — Deputado Emílio Carazzai.

PARECER:

O Projeto de autoria do nobre deputado Emílio Carazzai, dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), destinado à instalação da Diocese de Cornélio Procópio.

A medida está convincentemente justificada, merecendo acolhida nesta Comissão.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

(aa) Antônio Franco da Costa — Presidente
Dep. Antonio Lopes — Relator
(Ass. Ilegível)
(Ass. Ilegível)
(Ass. Ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 154-73

PARECER

O Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Emílio Carazzai, objetiva autorizar o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), para a instalação da Diocese de Cornélio Procópio.

Sobre a matéria a Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devota oportunidade, opinou pela aprovação da mesma.

Quanto ao aspecto financeiro, competência desta Comissão opinar, não se insurge nenhum impedimento que possa obstruir à tramitação normal da proposição.

Destarte, opino pelo ACOHIMENTO da Proposição.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.73.

(aa) Quilise Crisostomo — Presidente
Deputado Alvaro Dias — Relator
(Ass. Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174-73, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras Rotarianas de Fóz do Iguaçu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 174-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Fóz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.973.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras Rotarianas de Fóz do Iguaçu, fundada em data de 07 de julho de 1970, com sede na cidade acima mencionada, já reconhecida como de utilidade pública, presta relevantes serviços à coletividade, contribuindo no esforço comum para o desenvolvimento do Município.

Desfruta de elevado conceito, meritariamente conquistado através de inegável eficiência dos métodos adotados pelas Senhoras dos Rotarianos com atividades na referida Associação, cuja declaração de utilidade pública, representará, em justa homenagem, o idealismo e dedicação da luta em prol da comunidade, (anexo cópia da Lei Municipal n.º 744 e Declaração).

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que à fls. 43v. do livro n.º 1A, do Registro de Sociedade Civil foi em data de 19 de março de 1971, lavrada sob n.º 117, o Registro do seguinte teor: — "Registro de um Extrato dos Estatutos da "Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu", de foz do Iguaçu Estado do Paraná, que me foi apresentado pela senhora Iole R. Lemos, publicado no Diário Oficial n.º 239, fls. 13, de 16 de fevereiro de 1971, do seguinte teor: — "Extrato dos Estatutos da Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu". I — A Associação foi fundada em 07 de julho de 1970, com o nome acima mencionado, tendo como sede a cidade de Foz do Iguaçu Estado do Paraná. II — Terá como finalidade colaborar com as obras e iniciativas, por ela julgados hábeis a promover o bem estar, moral e material da coletividade iguaçuense, bem como dar solução a qualquer problema humano de caráter social ou individual, que chegue ao conhecimento, digo, chegue ao seu conhecimento e esteja no seu alcance. — III — Serão sócios as esposas dos rotarianos dos Clubes de Foz do Iguaçu. — IV — Todas as sócias terão direito de votar e ser votada. — V — Para a realização de seus fins a Associação angariará contribuições entre suas sócias, promoverá festas, bem como se interessará por conseguir dos poderes Públicos do meio social, doações ofertas, donativos em espécie, ou qualquer outra ajuda (empréstimos de salões, etc). — VI — De todos os resultados financeiros obtidos pela Associação, 10% (dez por cento) deverão constituir um fundo patrimonial. — VII — A Diretoria será composta de 8 (oito) membros, eleitos pela Assembléia Geral por escrutínio secreto e terá a duração de 1 (hum) ano, com os seguintes membros: — Presidente, 2 (duas) Vice-Presidentes. 1.º a 2.ª Secretária, 1.ª e 2.ª Tesoureira e Oradora. — VIII — A Associação terá a duração indeterminada. Foz do Iguaçu, 10 de fevereiro de 1971. — Iole R. Lemos. Sonia Villordo Fengler — Secretária. T. 65944 — Iv. Cr\$ 30,00 — 02600. — Confere com o original. Foz do Iguaçu, 19 de março de 1971. (a) Dirce Marília Schimmelpfeng. Oficial Substituta". Nada mais. Era o que se continha em ditas folhas do referido livro.

O referido é verdade.

Foz do Iguaçu, 29 de março de 1973.

DIRCE MARILIA S. ESPINDOLA — Oficial Substituta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU CÓPIA

LEI N.º 744

EMENTA: — Declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu.

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, em 28 de julho de 1973

a) TERCIO ALVES ALBUQUERQUE — Prefeito Municipal

a) MANOEL ORFANAKI — Diretor do Gabinete do Prefeito

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 174-73

1 — Com o presente plano de lei, visa o nobre Deputado João Mansur, declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu, com sede na cidade do mesmo nome.

2 — Referido projeto se nos afigura oportuno e de justiça, dadas as razões apresentadas pelo seu autor, na justificação do mesmo, pois com a declaração de utilidade pública àquela entidade, se estará reconhecendo os relevantes serviços que presta à coletividade do Município de Foz do Iguaçu.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

(aa) ANTONIO COSTA — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

(ass) ilegíveis

PARECER

Comissão de Finanças

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei do nobre Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de fls. se pronunciado pela legalidade e constitucionalidade da matéria e não ocorrendo nenhuma implicação de ordem financeira na eventualidade de sua aprovação não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado.

Pela Aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 09 de outubro de 1973.

(ass) ilegíveis

Deputado JOAO C. FADEL — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 178-73, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que declara de Utilidade Pública o Movimento Pró-Creche Nossa Senhora do Rocio da Curitiba. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 178-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1973.

(a) EMILIO CARAZZAI

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do movimento por si só, justifica a declaração de utilidade pública, pois cuida do bem estar de crianças de idade pré-escolar, cujas mães trabalham fora do lar e que tem realmente poucos recursos.

Por esse e demais argumentos constantes dos Estatutos anexos devidamente registrado e publicado, é que esperamos a acolhida do plano de lei em epígrafe.

MOVIMENTO PRÓ CRECHE NOSSA SRA. DO ROCIO
Estatutos do Movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio

CAPÍTULO I

Do Nome, Finalidades e Sede

Art. 1.º: — NOME: — Denomina-se esta organização "Movimento Pró-Creche Nossa Senhora do Rocio", com sede e instalada em dependências da Igreja Nossa Senhora do Rocio, à Rua Chile, n.º 1526 nesta Cidade de Curitiba.

Art. 2.º: — FINALIDADES: O "Movimento" tem por finalidade cuidar do bem estar de crianças de idade pré-escolar, cujas mães trabalham fora do lar e que tenham realmente poucos recursos.

Parágrafo único: Para realização dessa finalidade o "Movimento Pró-Creche Nossa Senhora do Rocio" se propõe:

- a) — instalar e manter uma Creche em imóvel pertencente à Paróquia Nossa Senhora do Rocio, onde crianças receberão proteção, alimentação, recreação, educação e assistência médica no local da mesma;
- b) — instalar clube de mães para que as mesmas recebam instruções sobre higiene, puericultura, etc.

CAPÍTULO II

Dos Associados: Categoria, admissão, direitos e deveres

Art. 3.º: — O quadro social compreende as seguintes categorias:

- a) — Sócios Fundadores: — os que se inscreverem no quadro social até a data da instalação do movimento;
- b) — Sócios Efetivos: — os que preenchendo os requisitos de admissão, pagarem sua contribuição, estipulada pela Assembléia Geral;
- c) — Sócios Efetivos Benfeitores: — os que pagarem contribuições não inferiores ao triplo das dos efetivos;
- d) — Sócios Beneméritos: — os que doarem de uma só vez importâncias não inferiores a vinte anuidades dos Sócios Efetivos;
- e) — Sócios Honorários: — Sua Excelência Reverendíssima, o Sr. Arcebispo de Curitiba, e Reverendíssimo Superior Provincial da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, o Reverendíssimo Sr. Vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Rocio e qualquer pessoa que prestar serviços de alta relevância ao "Movimento";
- f) — Sócios Menores: — os menores de 18 anos, com autorização dos pais ou responsáveis, e suas contribuições serão de metade das dos efetivos;
- g) — Sócios Colaboradores: — às pessoas de boa vontade que não podem pagar as contribuições previstas para sócios efetivos prestarem serviços voluntários ao "Movimento".

PARÁGRAFO ÚNICO: — Os Sócios Fundadores e Efetivos Benfeitores estão iguais em direitos e deveres aos sócios efetivos. Daqui por diante não haverá, neste Estatuto, referências aos Sócios Fundadores e Efetivos Benfeitores, ficando entendido que toda e qualquer referência ao "Sócio Efetivo" se estende também ao Sócio Fundador e Sócio Efetivo Benfeitor.

Art. 4.º: — Admissão dos Sócios: — Para ser admitido como Sócio Efetivo do Movimento é indispensável:

- a) — ser proposto por um sócio em pleno gozo dos direitos sociais que se responsabilize pela idoneidade do mesmo;
- b) — ser aceito pela Diretoria, através da Comissão de Sócios.

Art. 5.º: — Admissão de Sócios Honorários: estará à critério da Diretoria e referendada pelo Conselho Fiscal.

Art. 6.º: — Direitos dos Sócios Efetivos, quites com a Tesouraria:

- a) — participar das diversas atividades do movimento a gozar de desconto nas atividades pagas que a Diretoria determinar;
- b) — Assistir às Assembléias Gerais;
- c) — Votar e ser votado;
- d) — apresentar sugestões, para uma melhor realização das finalidades do "Movimento".

e) — solicitar esclarecimentos à diretoria quando os atos e resoluções da mesma lhes parecerem desviar-se das disposições deste Estatuto;

f) — reclamar providências da Diretoria sobre irregularidades que se verificarem em qualquer setor da entidade.

Art. 7.º: — Deveres dos Associados: — São deveres dos associados:

- a) — prestigiar o "Movimento", respeitando o presente Estatuto e decisões da Diretoria e cooperando no desenvolvimento do seu trabalho;
- b) — aceitar e desempenhar com dignidade, humildade e entusiasmo os cargos para que foram eleitos ou os encargos que aceitarem;
- c) — contribuir regularmente com as quantias a que estiverem obrigados;
- d) — Assistir as reuniões das Assembléias Gerais, Ordinárias e Extra Ordinárias;

- e) — acatar as determinações das Assembléias Gerais e Diretoria;
- f) — Propor admissão de novos sócios;

- g) — respeitar o patrimônio moral e material do "Movimento";
- h) — Divulgar as atividades e finalidades do "Movimento".

PARÁGRAFO ÚNICO: — Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Art. 8.º: — Das Eliminações: Serão eliminados, por deliberação da Diretoria e do Conselho Fiscal:

- a) — Os sócios que desrespeitarem o presente Estatuto e demais legislação interna do "Movimento";

b) — Deixarem de satisfazer suas contribuições por um prazo superior a 6 meses, sem justificativa aceita pela Diretoria e após o aviso da Tesouraria;

c) — Os que se tornarem, por seu procedimento na Sociedade, inconvenientes às finalidades do "Movimento".

PARÁGRAFO ÚNICO: — O Sócio eliminado de acordo com a alínea b, deste artigo, só poderá ser readmitido depois que satisfazer a exigência que motivou a sua eliminação.

CAPÍTULO III

Da Administração Social

Art. 9.º: — O Movimento é administrado pelos seguintes órgãos:

- a) — Assembléia Geral dos Sócios;
- b) — Conselho Fiscal;
- c) — Diretoria
- d) — Pessoal Técnico.

Art. 10.º: — A Assembléia Geral de Sócios é o órgão máximo do "Movimento, sendo soberana nas suas atribuições, não contrárias às leis vigentes e a estes Estatutos;

Art. 11.º: — A Assembléia Geral é constituída de sócios efetivos e reunir-se-á uma vez por ano na segunda quinzena do mês de março.

Art. 12.º: — São as seguintes atribuições da Assembléia Geral:

- a) — apreciar o relatório financeiro e de atividades do ano findo;
- b) — discutir e aprovar os planos de trabalho e previsão orçamentária para o exercício seguinte;
- c) — determinar as contribuições dos sócios;
- d) — ter voto final nas emendas destes Estatutos e em qualquer assunto relativo ao "Movimento";
- e) — eleger a Diretoria, a quem delega poderes para dirigir o "Movimento".

PARÁGRAFO ÚNICO: — O quorum para Assembléia Geral é constituído de 2/3 dos sócios efetivos. Não havendo quorum na primeira chamada, faz-se a segunda, trinta minutos depois e a Assembléia será realizada com qualquer número.

Art. 13.º: — Pode ser convocada Assembléia Extraordinária, por proposta de 2/3 da Diretoria, por 10% (dez por cento) dos sócios efetivos, quites com a Tesouraria e pelo Conselho Fiscal.

Art. 14.º: — Do Conselho Fiscal: O "Movimento" terá um Conselho Fiscal composto de não menos de três (3) e não mais de sete (7) membros indicados e nomeados pelo Reverendíssimo Sr. Vigário da Paróquia Nossa Senhora do Rocio que o presidirá.

Art. 15.º: — Compete o Conselho Fiscal:

- a) — reunir-se em sessões ordinárias estabelecidas pelo Sr. Vigário para tomar conhecimento da situação financeira e das atividades do "Movimento" e extraordinárias quando convocadas pelo Sr. Vigário ou por solicitação da Diretoria;
- b) — auxiliar a Diretoria quando solicitado;
- c) — Convocar a Assembléia Geral Extraordinária quando achar necessário;

- d) — Referendar a reforma ou qualquer emenda feita nestes Estatutos, antes de serem levados à apreciação da Assembléia Geral;
- e) — Examinar a escrita e todas as contas da Diretoria, verificando se o "Movimento" financeiro obedece os preceitos legais e apresentar à Assembléia Geral o seu parecer escrito que será anexado ao Relatório.

f) — aprovar os programas de trabalho;

g) — dissolver a Diretoria, nos casos previstos pelo Artigo 18, alínea "a" e "b" providenciando novas eleições e convocando, no prazo de 7 dias uteis, uma Assembléia Geral Extraordinária para tal fim;

h) — Autorizar qualquer reforma de qualquer natureza e a Diretoria achar necessária no prédio em que funciona o "Movimento que é de propriedade da Igreja Nossa Senhora do Rocio.

Art. 16.º: — Da Diretoria: O Governo do Movimento é exercido por uma Diretoria composta de não menos de 12 membros e não mais de 24 (sócios efetivos que não exerçam atividades remuneradas no "Movimento").

Art. 17.º: — Compete a Diretoria:

- a) — guardar e empregar todos os fundos patrimoniais, e doações;
- b) — discutir e aprovar programas, planos de trabalho e orçamento anual;

c) — eleger a Comissão Executiva dentre os membros da Diretoria e admitir o pessoal remunerado;

d) — apresentar anualmente à Assembléia Geral, um relatório dos trabalhos do "Movimento", referente ao ano findo, com o balanço devidamente aprovado por contador registrado em órgão competente e as propostas de programa e orçamento para o exercício seguinte;

e) — interpretar, cumprir e fazer cumprir os Estatutos e resolver todos os casos omissos no mesmo, comunicando-os na primeira Assembléia Geral;

f) — convocar com aprovação de 2/3 de seus componentes, a Assembléia Geral Extraordinária;

g) — convocar o Conselho Fiscal.

Parágrafo 1.º: — Nenhum contrato ou transação feito com imóveis que o "Movimento" vier a adquirir será válido ou obrigatório ao "Movimento", se não depois de aprovados pelo voto de 2/3 da Diretoria, notificados por escrito sobre o assunto, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

Serão executados pelo Presidente do "Movimento" ou qualquer componente ou componentes da Comissão Executiva que a Presidente venha autorizar.

2.º: — Nenhuma dívida ou obrigação será contraída, nem se agravará o patrimônio do "Movimento", sem o voto de 2/3 dos membros da Diretoria e aprovação da mesma.

Art. 18.º: — Mandato e qualificação dos membros da Diretoria: Os membros da Diretoria do "Movimento", serão eleitos por escrutínio secreto e pessoal das eleitoras no dia da Assembléia Eleitora e seus mandatos serão de dois anos. Nenhum dos membros da Diretoria poderá servir por mais de dois períodos consecutivos (quatro anos ao todo), sendo obrigatório um (1) ano de afastamento, após o segundo período de mandato.

Art. 19.º: — Membros Suplentes: — A Diretoria elegerá em qualquer ocasião necessária e por indicação da Comissão Indicadora, membros suplentes, também voluntários, para preencherem os deveres dos membros titulares que se acharem impedidos por qualquer motivo. Os membros suplentes completarão o respectivo mandato.

Art. 20.º: — Comissão Executiva e seus deveres: — A comissão executiva será eleita anualmente, por voto secreto e pessoal, dentre os membros da Diretoria na primeira reunião ordinária realizada depois da Assembléia Geral, ficando as antecessoras com seus mandatos estendidos até a posse das sucessoras.

PARÁGRAFO ÚNICO: — A Comissão Executiva é composta de: uma Presidente, uma ou mais Vice-Presidentes, 1.º e 2.º Secretária, 1.º e 2.º Tesoureira e duas Vogais.

Art. 21.º: — Compete à Presidente:

- a) — presidir as reuniões da Diretoria, Comissão Executiva e Assembleias;
- b) — convocar a Diretoria e a Comissão Executiva para sessões ordinárias e extraordinárias, quando for conveniente;
- c) — passar a Direção dos trabalhos à Vice-Presidente quando for necessária sua participação nos debates ou desejar fazer alguma proposta não podendo neste caso, reasumir suas funções antes da mesma ser votada;
- d) — receber pelo movimento quaisquer quantias que lhe forem devidas em Bancos, Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, bem como doações, legados auxílios ou subvenções que forem destinados ao "Movimento" podendo movimentar em conjunto com as Tesoureiras e na ausência destes, com qualquer membro da Comissão Executiva, contas em estabelecimentos de crédito, caixas ou autarquias.
- e) nomear pessoal remunerado, depois de admitido pela Diretoria;
- f) — designar em nome da Comissão Executiva as chefes de Comissões;
- g) — representar o Movimento perante autoridades, em juízo ou fora dele e em qualquer lugar ou ocasião que for necessário;
- h) — informar à diretoria de tudo que acontecer ao "Movimento";
- i) — decidir as votações em caso de empate;
- j) — desempenhar os demais deveres que de ordinário pertencam ao cargo;

l) — ter votos em todos os escrutínios secretos.

Art. 22.º: — Compete às Vice-Presidentes:

- a) — auxiliar a Presidente e substituí-las em seus eventuais impedimentos;
- b) — desempenhar função regular, determinada pela Presidente;
- c) — assumir a Presidência em caso de vacância definitiva, completando o respectivo mandato.

Art. 23.º: — Compete às Secretárias:

- a) — redigir e ler as atas das reuniões da Diretoria, Assembleias Gerais, registrando-as em livro competente;
- b) — fazer a correspondência determinada pela Diretoria.

Art. 24.º: — Compete às Tesoureiras:

- a) — fiscalizar os trabalhos de finanças;
- b) — zelar pela boa ordem da escrituração de conformidade com o orçamento;
- c) — conferir e assinar os livros competentes.
- d) — apresentar à Diretoria o seu relatório mensal e à Assembleia Geral o seu relatório anual.

Art. 25.º: — Dívidas: — Nenhuma Diretora, comissão ou sócia terá direito de contrair qualquer dívida em nome do "Movimento", se não tiver previamente a aprovação de pelo menos 2/3 da Diretoria.

CAPÍTULO IV

Art. 26.º: — As atividades do Movimento são exercidas através de Comissões Permanentes e Especiais, tantas quantas forem necessárias para executar os trabalhos do Movimento à critério da Diretoria, sendo constituídas de sócias voluntárias e do pessoal, ou ainda de técnicos admitidos pela Diretoria.

Parágrafo 1.º: — Cada comissão deve formular e apresentar à Diretoria através da Comissão de Finanças, os planos de trabalho e Orçamento anual respectivamente.

Parágrafo 2.º: — As chefes de Comissão indicarão os membros que colaborarão em seus trabalhos, dentro do quadro social do Movimento.

Parágrafo 3.º: — A presidente é membro ex-officio de todas as Comissões.

Art. 27.º: — Comissão Executiva: — Pode se reunir a critério da Presidente, no intervalo das reuniões regulares da Diretoria, não podendo entretanto, revogar nenhuma das resoluções da Diretoria, nem fazer gastos ou agravar o patrimônio do Movimento sem sua prévia autorização. Suas decisões serão comunicadas à Diretoria e sujeitas à ratificação.

Parágrafo 1.º: — Compete a Comissão Executiva designar as Chefes de Comissões.

Parágrafo 2.º: — A Comissão Executiva pode em qualquer tempo fazer as modificações nas chefias, necessárias ao bom êxito dos trabalhos. Suas decisões serão comunicadas à Diretoria.

Art. 28.º: — Comissão de Finanças: — é constituída de cinco membros, sendo, três da Diretoria e dois do quadro social, sob a chefia da Tesoureira.

PARÁGRAFO ÚNICO: — Deve se reunir mensalmente para tomar conhecimento do Movimento financeiro do "Movimento" e para elaborar o orçamento anual baseado nas propostas orçamentárias apresentadas pelas Comissões. Seus atos estão sujeitos à aprovação da Diretoria.

Art. 29.º: — Comissão Indicadora: — é constituída de cinco membros, três da Diretoria e dois do quadro social.

Parágrafo 1.º: — Compete à Comissão Indicadora:

- a) — estudar o quadro social para escolha de elementos credenciados a fazerem parte da Diretoria.
- b) — receber e registrar as chapas das candidatas aos cargos da Diretoria até 48 horas antes da data fixada para realização da Assembleia Geral.

Parágrafo 2.º: — A presidente deverá convocá-la:

- a) — antes da Assembleia Geral a fim de organizar a chapa com indicação das candidatas à eleição da Diretoria;
- b) — após a Assembleia Geral, para indicação das candidatas à Comissão Executiva;

c) — em qualquer ocasião, para indicação de membros substitutos para preenchimento de vagas na Diretoria.

c) — em qualquer ocasião, para indicação de membros substitutos para preenchimento de vagas na Diretoria.

Art. 30.º: — Comissão de Eleições: é composta de cinco membros não candidatos e nenhum cargo, sendo designados na reunião precedente às eleições estando suas atribuições especificadas no Regimento Interno.

CAPÍTULO V Das Finanças

Art. 31.º: — O ano fiscal vai de 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro;

Art. 32.º: — Os bens do Movimento serão constituídos pelas contribuições de cursos, contribuições de bazar, contribuições de promoções diversas e de quaisquer quantias que a Diretoria angarie e o trabalho do Movimento obtenha.

Art. 33.º: — Não serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações ou vantagens a seus dirigentes, diretores, associados, sócios, beneficiadores ou mantenedores a qualquer título ou pretexto, assim como a Diretoria, no seu todo ou em parte, não será remunerada e nem será remetido dinheiro para fora do

País. Semestralmente deve ser publicado em jornal, a demonstração da receita e do balanço.

Art. 34.º: — A totalidade das rendas apuradas serão aplicadas na melhoria de seus benefícios e os saldos porventura existentes, no fim de cada exercício, serão destinados à beneficência ou inversão patrimonial

CAPÍTULO VI Das Emendas

Art. 35.º: — Para se poder fazer qualquer emenda a este Estatuto será preciso:

- a) — aprovação da Diretoria
- b) — aprovação do Conselho Fiscal
- c) — notificação por escrito a todos os sócios efetivos com um mês de antecedência da Assembleia Geral e voto afirmativo de 2/3 da mesma.

PARÁGRAFO 1.º: — Quorum — não havendo quorum na 1.ª chamada, far-se-á nova uma hora depois, funcionando com qualquer número

PARÁGRAFO 2.º: — É indispensável que o voto seja secreto, pessoal não se admitindo voto por procuração.

Art. 36.º: — A emenda ou emendas oferecidas ao presente Estatuto deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral e Conselho Fiscal e entrarão em vigor imediatamente após o seu registro em Cartório competente.

CAPÍTULO VII Da Dissolução

Art. 37.º: — Para ser dissolvida o Movimento, será necessário o voto afirmativo de 2/3 dos sócios efetivos em Assembleia especialmente convocada para este fim, com um mês de antecedência.

PARÁGRAFO ÚNICO: — o voto será pessoal, secreto e intransferível

Art. 38.º: — Em caso de extinção, o patrimônio será destinado a outra entidade congênere, de caráter filantrópico, ou ao Poder Público.

Art. 39.º: — A Diretoria do Movimento será responsável somente pelos recursos próprios do Movimento e não, individual ou subsidiariamente pelas obrigações que contraírem expressa ou intencionalmente as suas representantes

O presente Estatuto foi aprovado em reunião do Grupo Fundador no dia 24 de novembro de 1971, estando registrado como pessoa jurídica de direito no Cartório Loures sob o n.º 1732 — Livro A de 24 de março de 1972.

O Movimento Pró-Creche Nossa Senhora do Rocio acha-se inscrito na Delegacia da Receita Federal do Estado do Paraná — n.º de inscrição 75095851 — n.º de ordem 001.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R AO PROJETO DE LEI N.º 178-73

1 — O projeto de lei ora em exame, de autoria do nobre Deputado Emílio Carazzai, visa declarar de utilidade pública o Movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio, com sede nesta Capital.

2 — Referida matéria preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja: a) — que está em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade; b) — que está; devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e; c) — que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer óbice, tanto de ordem legal ou constitucional, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

aa) Antônio Costa — Presidente
Paulo Camargo — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 178-73

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, merece apoio e aprovação desta Comissão, tendo em vista os relevantes serviços prestados a comunidade, de caráter assistencial e educativo.

Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão analisar não encontramos nenhum impedimento.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09-10-73

aa) Quicse Crisóstomo — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adolfo Dainek. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando que os trabalhos da Sessão do dia 16 do corrente, seja exclusivamente destinado às Comissões, face o grande acúmulo de processos em tramitação nas mesmas — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 75-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 250-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem, do 22.º aniversário de Emancipação Política e Administrativa do próspero município de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando voto de agradecimento ao Sr. Diretor da Fundação Brasileira de Educação — Fubrae, órgão pertencente ao MEC, e também à Professora Mirtes de Luca Wenzel, Diretora do Centro Educacional de Niterói, pelo apoio concedido pelas referidas autoridades, na concessão da III Jornada de Educação, levada a efeito de 1.º a 4 de novembro, em Rolândia, pelo Centro de Pesquisas Educacionais Escola Roland. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da Tribuna, solicitando voto de aplauso pelas declarações do ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek, publicado no jornal "O Estado do Paraná", cumprimentando o Sr. Deputado Federal e Presidente Nacional do MDB, Sr.

Ulisses Guimarães pelo lançamento de sua candidatura à Presidência da República. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do referido Requerimento para a próxima Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 194-72 — 8-73 — 112-73 — 136-73 — 162-73 — 197-73 — 228-73 — 249-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 154-73 — 174-73 — 178-73 e 224-73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 51-73 — 194-73 — 247-73 e 250-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 262-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.209-73, de 15 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a HUMBERTO GRAÇA NETO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 15 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de outubro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 263-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Decreto Legislativo n.º 635-73,

RESOLVE:

designar o funcionário LUIZ ANTONIO LEPREVOST, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA".

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de outubro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 264-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Decreto Legislativo n.º 635-73, de 13 de setembro de 1973,

RESOLVE:

designar os funcionários à disposição deste Poder, para prestarem serviços à Liderança da "ARENA", junto aos Gabinetes dos Senhores Deputados nominados, de conformidade com a relação:

ALIRIO XIMENES — Dep. Arizone Mendes Araújo
ELIETE MACEDO NERY — Dep. Xenofonte Villanueva
FRANCISCO PALADINO JUNIOR — Dep. Gabriel Manoel
GLACY T. GONDRO — Dep. Erondy Silvério
JOAQUIM SABINO DE SOUZA — Dep. Gabriel Manoel
RONEY HOLDORF — Dep. Erondy Silvério
CARLOS AUGUSTO CEQUINEL — Dep. Igo Losso
BENEDITO MOREIRA — Dep. Arthur de Souza
Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de outubro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 265-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Decreto Legislativo n.º 635-73, de 13 de setembro de 1973,

RESOLVE:

designar o funcionário João Edgar Bandeira Assis, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA".

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 266-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Decreto Legislativo n.º 635-73, de 13 de setembro de 1973,

RESOLVE:

lotar os funcionários Lazaro Caetano da Silva, Orlando Ferreira e Hamilton Marcondes, ora à disposição deste Poder, no Serviço de Assistência Social.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 267-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Decreto Legislativo n.º 635-73, de 13 de setembro de 1973,

RESOLVE:

designar o funcionário Edgar Otto Hauber, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança do "M.D.B.", junto ao Gabinete do Deputado Maurício Fruct.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 268-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.254-73, de 16 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Maria de Lourdes Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 09 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 269-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.253-73, de 16 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Durcilia Prestes dos Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 270-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.682-73, de 1 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — Revogar a Portaria n.º 177-73, de 27 de junho de 1973, que designou a funcionária Joana Maciel Farias, a prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo; e,

II — designou a funcionária acima citada, para prestar serviços à liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Wilson Fortes.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 271-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.974-73, de 08 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar Aracy Zeck, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Serviço Odontológico.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 272-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Decreto Legislativo n.º 635-73, de 13 de setembro de 1973,

RESOLVE:

relatar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, no Departamento que especifica:

Antonio Carlos Nassar — Dept. Administrativo
Leiza Maria Ximenes — Dept. Legislativo
Leony Granada — Depto. Legislativo
Maria Beatriz da Silva Dantas — Depto. Divulgação Legislativa e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 273-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.228-73, de 16 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária Neiva Braska Negrão, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Francisco Escorsin.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 274-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.299-73, de 17 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Lindamir Gonçalves Borgonovo, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 15 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 286-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.676-73, de 25 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o item II da Portaria n.º 270-73, de 18 de outubro de 1973, que designou a funcionária Joana Maciel Farias a prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Wilson Fortes.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 287-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.935-73, de 05 de novembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Alone Menegolo, funcionário estável da Prefeitura Municipal de Curitiba, ora à disposição deste Poder, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 06 de novembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 288-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10982-73, de 6 de novembro de 1973 deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Magno Luiz Scheffer, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do "M.D.B.", junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 289-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.041-73, de 06 de novembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Clementilde Delfina Bortolon, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 07 de novembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 290-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.856-73, de 31 de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Maria do Rocio Medeiros Witoslawski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de novembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

3a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 7a. LEGISLATURA
ATA DA 7a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: — Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias, Rosário Pitelli e Olavo Ferreira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: — PROJETO DE LEI N.º 125-69 — De autoria do Senhor Deputado Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo, criar a partir de 1.970, um colégio estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável com voto vencido do Deputado Olavo Ferreira. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 89-73 — De autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo, abonar faltas de alunos dos colégios e escolas de nível superior do Estado, quando disputarem competições esportivas oficiais. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 102-73 — De autoria do senhor Deputado Antônio Belinati, que proíbe o uso de livros estrangeiros nas escolas públicas. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 134-72 — De autoria do Senhor Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Piraquara e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40-73 — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 104-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e Fundepar e o Mobral. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

a) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente

a) Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 14,30 (quatorze e trinta) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quilse C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Agnaldo Pereira Lima e Alvaro Dias. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 233-73 — de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 87-73, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal — C.E.F. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 244-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 86-73 — encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão em futuros Orçamentos, dos recursos orçamentários que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 249-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 94-73 — encaminhando anteprojeto de lei no qual solicita autorização para contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraidos ou que venham a ser contraidos pela Companhia Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta, Bancos, ou Sociedades de Economia Mista, conforme especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quilse C. Silva — Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 16a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição,

e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados: Erondy Silvério, Quilse Crisóstomo da Silva, Ivo Thomazoni, Antônio Lopes Júnior, Igo Iwant Losso, Ovidio Franzoni e Sebastião Rodrigues Júnior. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 216-73, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Disciplina a Função de Despachante perante a Secretaria de Segurança Pública, exceto o Detran, e dá outras providências. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Deferido pedido de vista ao Deputado Erondy Silvério. 2) — PROJETO DE LEI N.º 239-73, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso. Declara de utilidade pública o Educandário Nossa Senhora do Carmo, com sede e foro na cidade de Paranavai. Relator o Senhor Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 246-73, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Determina a não realização de novos concursos na área do Magistério e o aproveitamento dos já concursados na mesma forma. Relator o Senhor Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 247-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 85-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Relator o Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 250-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 88-73, encaminhando Anteprojeto de Lei solicitando autorização para permutar mediante prévia avaliação, área de terreno da Gleba Maringá, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs 1 a 10, do Jardim Clementino, no Município de Marialva, de propriedade da firma Indústrias de Óleos Nata S.A. Relator o Senhor Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 256-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Declara de utilidade pública o Clube de Exportadores do Paraná, Ceximpar, com sede nesta Capital. Relator o Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROPOSIÇÃO N.º 248-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 92-73, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, com o objetivo de implantar os Serviços de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia. Relator o Senhor Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 8) — PROPOSIÇÃO N.º 249-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, para a formação de um Plano de Obras para a Tipologia Urbana do Estado e Análise da Programação de Despesas Públicas a nível Municipal. Relator o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 9) — PROPOSIÇÃO N.º 250-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 91-73, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator o Senhor Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 10) — PROPOSIÇÃO N.º 251-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 93-73, encaminhando cópia do Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver atividades de Defesa Sanitária Vegetal no Estado. Relator o Senhor Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com o Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs 234-73, 238-73 e 253-73, todos concluindo que os Vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA
ATA DA 12a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro de um mil novecentos e setenta e três, às dezessete horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, presentes os Senhores Deputados Lázaro Dumont, Agnaldo Pereira Lima, Arthur de Souza e Antônio Belinati, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à ORDEM DO DIA — PROJETO DE LEI N.º 51-73 — de autoria do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar "Eng. José Faria Saldanha", relator o Senhor Deputado Arthur de Souza, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 77-73 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que denomina "Governador Parigot de Souza" o trecho da Rodovia PR-1, que liga Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina, relator Senhor Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável com Substitutivo, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 60-73 — de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir estrada que dê acesso a sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória neste Estado, até Erechim no Estado do Rio Grande do Sul, relator Senhor Deputado Antônio Belinati, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de ser lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada, bem como por mim Secretário.

aa) Francisco Borsari Neto — Presidente
Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA
ATA DA 13a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro de um mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, presentes os seguintes Senhores Deputados: Lázaro Dumont, Agnaldo Pereira Lima, Arthur de Souza e Antônio Belinati, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE

LEI N.º 66-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação digo retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraquara com a estrada Curitiba-Paranaguá (BR-277), relator o Senhor Deputado Arthur de Souza, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 92-73 — de autoria do Senhor Deputado David Ferdemann, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Tibagi ao de Castro, relator o Senhor Deputado Arthur de Souza, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 173-72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para

fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Ouro Fino e Freguesia, no Município de Almirante Tamandaré, relator o Senhor Deputado Arthur de Souza, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 86-73 — de autoria do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Santo Inácio, destinado a construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local, relator o Senhor Deputado Arthur de Souza, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada, bem como por mim Secretário.

aa) **Francisco Borsari Neto** — Presidente
Roberto Diniz Satyro — Secretário